



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

Política e religião no Brasil atual: conservadorismo, lideranças evangélicas e suas intersecções

Autoria: Paula Andréa Gomes Bortolin (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Esse artigo assume o desafio de problematizar a regulação do secular e religioso, a partir de uma análise empírica das formas de atuação de lideranças evangélicas na arena política, sob o intuito de regular a moralidade pública. A partir da década de 1990, observamos no Brasil a criação de políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade e para a inclusão de grupos sociais historicamente excluídos. Em contrapartida, à medida em que as instituições políticas começaram a discutir maneiras de normatizar juridicamente as pautas acerca da diversidade sexual, de gênero e dos direitos reprodutivos, autoridades evangélicas passaram cada vez mais a se articular na arena política, endossando disputas públicas a respeito desses temas. A política, classificada anteriormente como um espaço profano e, portanto, dominado por forças malignas, passou a ser encarada não somente como um local de reivindicação das demandas deste segmento, mas também como um terreno de disputas de valores morais. O engajamento de lideranças evangélicas em disputas pela moralidade pública direciona a análise das ciências sociais para além do questionamento acerca do papel da religião na sociedade moderna, pois enseja uma compreensão dos novos arranjos acerca das categorias de democracia, secularização, laicidade e suas intersecções. Portanto essa análise investigará a imbricação existente entre parlamentares evangélicos e conservadorismo moral, no sentido de discutir as concepções que as categorias de democracia, secularização e laicidade assumem na atual cena pública do país.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: